

RELATÓRIO DE STATUS DE EXECUÇÃO

COMPROMISSO 1 – INSTRUMENTOS PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA 1º TRIMESTRE DE 2025

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Status de Execução - RSE é o instrumento fundamental para acompanhamento dos marcos estabelecidos para o alcance dos compromissos pactuados no âmbito do 6º Plano de Ação brasileiro. Este relatório apresenta as informações sobre as ações desenvolvidas no primeiro trimestre de 2025, prestadas pelo grupo de organizações integrantes do Compromisso. Monitorar o compromisso consiste em acompanhar a execução de cada marco, a fim de conhecer, analisar e dar transparência aos resultados alcançados e aos aprendizados obtidos pelas organizações envolvidas no processo.

DADOS DO COMPROMISSO

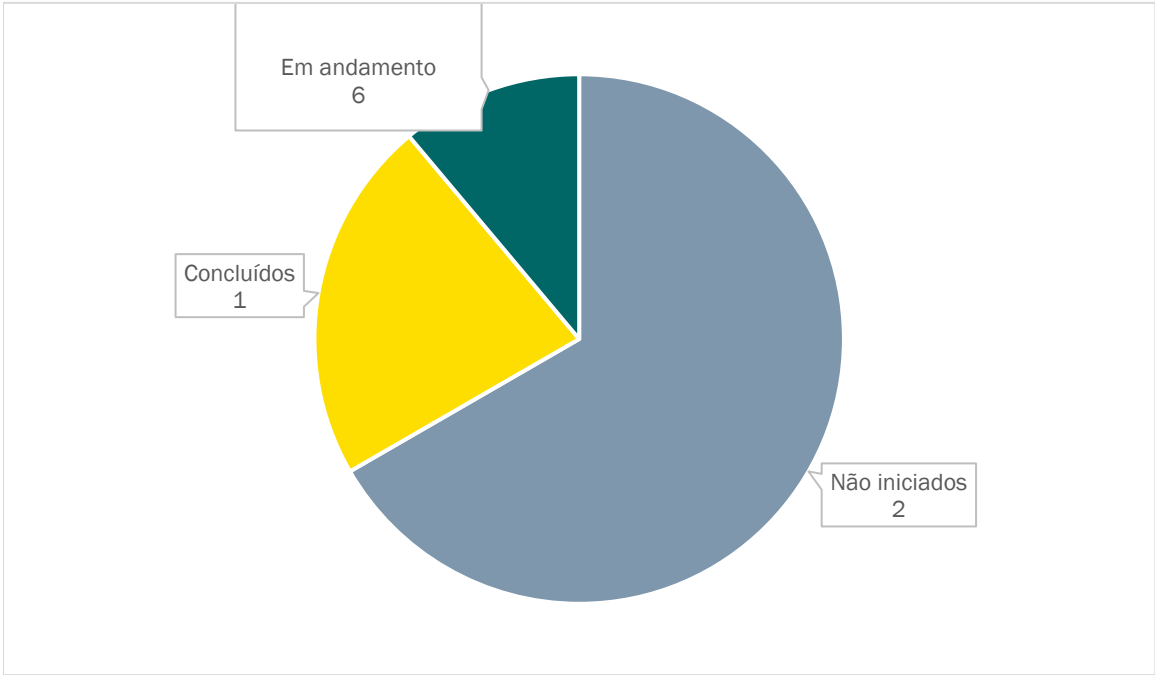
Descrição				
Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.				
Coordenador				
Controladoria - Geral da União – CGU				
Demais Atores				
Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA	GT Infraestrutura	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA	Instituto Socioambiental - ISA	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	Ministério das Minas e Energia – MME	Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA)
Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	Ministério dos Transportes – MT	Secretaria-Geral da Presidência da República - SG-PR	Transparência Internacional Brasil – TI Brasil	Infrastructure Transparency Initiative – CoST

PROGRESSO DO COMPROMISSO

Neste compromisso foram definidos os seguintes marcos com níveis distintos de complexidade e com a participação de diferentes atores.

Marcos	
1	Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura
2	Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente
3	Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento
4	Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado
5	Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura
6	Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC
7	Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura
8	Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social
9	Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal

A seguir é possível observar o gráfico que demonstra situação do andamento dos marcos:



MARCO CONCLUÍDO

MARCO	ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS	PREVISÃO DE FIM
6 Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC	TI Brasil (Coordenador) CGU GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental	DEZ/24

Detalhamento das Ações:
No primeiro trimestre de 2025, os resultados da Nota Técnica sobre a transparência e participação social do Novo PAC foram apresentados para os membros do compromisso, destacando a importância de engajamento e possibilidade de ações para aprimorar a divulgação de informações e espaços de diálogo com a sociedade no âmbito do Programa. O documento da Nota Técnica foi diagramado pela CGU e ainda será publicado em transparência, aguardando retorno da CGU quanto a essa divulgação. Foram feitas novas tentativas de diálogos com a Casa Civil quanto as recomendações elaboradas, porém sem sucesso.

MARCOS EM ANDAMENTO

MARCO	ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS	PREVISÃO DE FIM
1 Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura	CGU (Coordenador) IEMA (Coordenador) GT Infraestrutura IBAMA Instituto Socioambiental MMA SEGES/MGI SEPLAN/MPO SG SOF/MPO	DEZ/25

Detalhamento das Ações:
Os coordenadores do Marco 1 (CGU e IEMA) realizaram reunião de trabalho a fim de alinhar as próximas ações, diante do cenário de elaboração do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050) pelo Governo Federal e seu Comitê de Governança. Há necessidade de avaliar quais sugestões enviadas ao Ministério dos Transportes, no último trimestre de 2024, estão sendo contempladas nessa fase de elaboração, de modo a subsidiar o aperfeiçoamento da transparência e da participação social no âmbito do citado plano, notadamente, a efetivação do Plano de Transparência e Participação Social para o Ciclo 2024-2027 do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), publicado em 17 de dezembro 2024. Por fim, cumpre reforçar o registro da perspectiva de execução do Compromisso 1 de forma complementar, em especial nas atividades do Marco 1 e do Marco 2. Nesse sentido, espera-se no próximo trimestre avançar na estruturação de atividades para alcance de objetivos do Marco 1, entre as quais análise de legislação, estudos de casos e, eventual, aplicação de questionário, por exemplo. As atividades oferecerão insumos para identificação de boas práticas e lacunas (Marco 1) que subsidiarão a proposição de alterações normativas (Marco 2).

2 Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente	CGU (Coordenador) GT Infraestrutura IBAMA IEMA Instituto Socioambiental MMA	DEZ/25
---	--	--------

Detalhamento das Ações:
Mesmo registro do Marco 1.

3 Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento	SEGES/MGI (Coordenador) ANTT CGU	JUN/25
---	--	--------

	GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental MME MT SEPLAN/MPO SOF/MPO TI Brasil	
--	--	--

Detalhamento das Ações:

Após a reunião de monitoramento do 4º trimestre de 2024 foram realizadas as seguintes atividades no âmbito do Marco:

- O MGI finalizou o Plano de Trabalho acordado com a CGU com todas as atividades relacionadas à melhoria do Obrasgov;
- O MGI encaminhou o Plano de Trabalho à CGU.

As seguintes atividades foram desenvolvidas ou estão em andamento e estão detalhadas no Plano de Trabalho (documento publicado na pasta compartilhada):

- 1) Melhoria de navegabilidade por substituições de modais (DNIT) - Concluída;
- 2) Filtro do novo PAC Obrasgov – Painei (TI) - Concluída;
- 3) Link Falabr no Obrasgov (TI) - concluída;
- 4) Mapa de análise por bacias (ISA) - em fase de conclusão;
- 5) Pesquisar projetos por áreas de restrição (TI) - em fase de conclusão;
- 6) Link transparência no Obrasgov e Painei para acesso livre ao Transferegov.br (TI) – concluída;
- 7) Campo para informar a justificativa para a ausência de estudo de viabilidade (TI) – concluída;
- 8) Implementar funcionalidade para vinculação ao respectivo Plano Anual de Contratações será implementada (TI) – parcialmente concluída;
- 9) Consulta pode ser realizada em aba "Emendas" no Painei do Obrasgov.br (TI) – concluída;
- 10) Implementação de legenda em áreas de restrição, melhoria de navegabilidade e serviço de localização do OpenStreetMap (TI) – em desenvolvimento;
- 11) Aprimoramento dos filtros de informação (TI) – em desenvolvimento;
- 12) Inclusão de campos relacionados ao Licenciamento ambiental (TI) – em desenvolvimento;
- 13) Inclusão de campos relacionados a Consulta livre, prévia e informada (TI) – em desenvolvimento;
- 14) Inclusão de campos relacionados a Auditorias e fiscalizações (TI) – concluída;
- 15) Inclusão de campos na seção de cadastro de informações de projetos, obras, etc (TI) – concluída;
- 16) Inclusão de campos na seção de contratos (TI) – concluída;
- 17) Pesquisar as intervenções pelas áreas de restrição (TI) – concluída;
- 18) Sugestão do MME já existe e está no Painei do Obrasgov e na API de Dados Abertos do Obrasgov.br – concluída;
- 19) Garantir a completude das informações do Obrasgov.br: Estabelecer mecanismos que garantam a completude das informações do Obrasgov.br (CGU) – em desenvolvimento;
- 20) Identificar os motivos de não atualização periódica do Obrasgov.br (CGU) – em desenvolvimento;
- 21) Revisar os dados do sistema (CGU) – em desenvolvimento;
- 22) Obrigar a atualização periódica das informações (CGU) – em desenvolvimento;
- 23) Acrescentar dados de Licitação e ao Contrato (IBRAOP) – concluída;
- 24) Acrescentar dados de Execução contratual (IBRAOP) – concluída;
- 25) Acrescentar dados de Responsabilidade técnica da obra: números dos CREAs (ARTs), ou CAU (RRTs), dos fiscais da obra e de representantes da empresa contratada (IBRAOP) – em desenvolvimento.

Em abril de 2025 será realizada uma reunião de execução do Marco 3, a fim de apresentar o Plano de Trabalho com as melhorias sugeridas pelos participantes, bem como esclarecimentos a respeito da Estratégia BIM BR.

4	Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “ Obras.Gov ” seja devidamente preenchido e atualizado.	SEGES/MGI (Coordenador) CGU CONFEA IBRAOP	JUN/2027
---	--	--	----------

Detalhamento das ações:

Marco 4 iniciado a partir do planejamento sobre os instrumentos a serem abrangidos. De acordo com a SEGES/MGI, o Marco será trabalhado dentro dos eixos da Estratégia BIM BR, em especial o eixo voltado para a Administração Pública dentro das seguintes atividades:

- Apoiar a realização de Caravanas para disseminação do BIM pelo território nacional;
- Apoiar e participar de eventos, seminários e workshops promovidos por entidades do setor;
- Apoiar o MGI na estruturação de interface BIM nos atuais sistemas estruturantes de gestão e transferências de recursos da União, ampliando suas funcionalidades

O Marco 4 já está sendo executado por meio principalmente das discussões realizadas dentro do Acórdão TCU 2134/2023 e ações complementares realizadas em outros acórdãos e normativos como:

- esclarecimentos aos órgãos do governo federal sobre o preenchimento dos dados referentes aos investimentos em infraestrutura;
- integração entre os sistemas de gestão de projetos e obras dos órgãos com o Obrasgov;

Por fim, dentro das Ações do PNGI – Plano Nacional de Gestão e Inovação, trabalha-se junto aos Estados visando a governança e a melhoria da gestão pública e que tem como uma de suas ações as adesões ao Obrasgov. Até o momento somente o Estado de São Paulo aderiu ao Obrasgov como sistema a ser utilizado pelo governo estadual. Foram realizadas conversas com os estados da Bahia, Piauí, Sergipe.

Em abril de 2025 será realizada uma reunião de execução do Marco 3, a fim de apresentar o Plano de Trabalho com as melhorias sugeridas pelos participantes, bem como esclarecimentos a respeito da Estratégia BIM BR

5	Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura.	SEGES/MGI (Coordenador) CONFEA GT Infraestrutura IEMA Instituto Socioambiental SNPS – SG/PR TI Brasil	JUN/2027
---	---	---	----------

Detalhamento das Ações:

O Marco 5 também será trabalhado na Rede de Parcerias por meio dos Fóruns Regionais que acontecem durante o ano, do Fórum Nacional que acontece durante o mês de junho em Brasília. Além disso, a Diretoria de Transferências e Parcerias da União (DTPAR/SEGES/MGI) desenvolve atividades de capacitação, inclusive de utilização dos sistemas como Transferegov, cujas informações são transmitidas ao Obrasgov.

<https://www.gov.br/transferegov/pt-br>

<https://rede-parcerias.sistema.gov.br/calendario/>

O Marco 5 também será trabalhado dentro dos Eixos da Estratégia BIM BR, em especial o Eixo voltado para a Administração Pública dentro da seguinte atividade

- Apoiar e participar de eventos, seminários e workshops promovidos por entidades do setor. As atividades serão executadas dentro dos Eixos da Estratégia BIM, visto que o Transferegov passará a receber projetos e obras em BIM que serão visualizadas no Obrasgov.br. As atividades apresentadas ainda não foram iniciadas. Os Grupos Técnicos da Estratégia BIM ainda estão definindo os grupos e subgrupos responsáveis pela execução das atividades.

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/building-information-modelling-bim>

Além da Estratégia BIM BR, também está sendo trabalhado dentro das seguintes ações:
Acórdão 2134/2023;
Acórdão 517/2024;

Demandas dos órgãos de controle, Ministério Público, CAU/BR e CREAs.

9	Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal	TI Brasil (Coordenador) CGU IEMA ISA GT Infra IBRAOP CoST	JUN/25* Considerando que a pesquisa será realizada apenas no ano de 2025, dado que o foco anterior foi a realização do diagnóstico do Novo PAC (Marco 6), será necessário o acréscimo de três meses para realização do levantamento e diagnóstico
---	--	---	--

Detalhamento das Ações:

No 1º trimestre de 2025 foram realizadas reuniões de alinhamento com os membros da sociedade civil do compromisso 1 para também participarem da execução deste marco, bem como com a CoST – Infrastructure Transparency Initiative, buscando firmar a participação desses atores na execução do marco 9 no ano de 2025. Também está sendo elaborado um sumário executivo e cronograma de execução do levantamento e diagnóstico a ser compartilhado com os demais participantes do marco para revisão, definindo as atividades e escopo dessa pesquisa. Na elaboração do cronograma foi identificada a necessidade de ajuste no prazo

MARCOS NÃO INICIADOS

MARCO	ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE FIM
7	Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura	CGU*, SNPS – SG/PR, IBRAOP MAR/25* Enxergando as entregas dos Marcos de forma complementar, a CGU indicou que o Marco 7 pode ser melhor executado a partir de esforço conjunto com o Marco 4 "Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o "Obras.Gov" seja devidamente preenchido e atualizado", juntando tanto a necessidade de devido preenchimento, mas também para a linguagem cidadã e o conceito de transparência por desenho. A partir da apresentação do planejamento para o Marco 4, a CGU debaterá essa possibilidade com a SEGES/MGI, responsável pelo Marco 4.	JUN/27
8	Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social	SNPS – SG/PR*, CGU, SEGES/MGI, IBRAOP MAR/25* No primeiro trimestre de 2025, a CGU encaminhou o Ofício nº 2510/2025/SIP/CGU à Secretaria de Geral da Presidência da República (SG/PR), solicitando a confirmação dos nomes dos(as) representante(s) do órgão/organização, ou a indicação de nova representação para fins de execução do 6º Plano de Ação de Governo Aberto. Em resposta, a Secretaria de Geral da Presidência da República (SG/PR) confirmou os nomes dos novos representantes, conforme indicado no presente RSE.	JUN/27